

Princípios de Bom Governo

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

O n.º 5 do artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa incumbe o Estado de garantir a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão.

A missão e os objetivos do serviço público de televisão e de rádio estão estabelecidos na Lei da Televisão (Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho, alterada pelas Leis n.º 8/2011, de 11 de Abril e n.º 40/2014, de 9 de julho) e na Lei da Rádio (Lei n.º 54/ 2010, de 24 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 38/2014, de 9 de julho), assim como nos Contratos de Concessão de Serviço Público de Televisão (celebrado em 25 de março de 2008) e de Radiodifusão Sonora (celebrado em 30 de junho de 1999), para os quais aquela legislação remete a definição dos termos da prestação do serviço. Assim, são os Contratos de Concessão que definem pormenorizadamente os objetivos do serviço público e os direitos e obrigações da RTP e do Estado concedente, tanto em termos quantitativos como qualitativos, e os critérios de avaliação do cumprimento do serviço público.

Estes objetivos que constituem a missão da empresa estão detalhados na cláusula 5ª do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão, disponível em:

<http://media.rtp.pt/empresa/informacao/contrato-de-concessao-publica-radio-etelevisao/>

Os estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP), concessionária do serviço público de rádio e televisão, foram aprovados pela Lei n.º 39/2014, de 9 de julho, criando um novo modelo de governação consubstanciado num novo órgão social: o Conselho Geral Independente com competências de supervisão e fiscalização interna do cumprimento das obrigações de serviço público de rádio e televisão previstas no contrato de concessão celebrado entre a RTP e o Estado, cabendo-lhe escolher o Conselho de Administração e respetivo projeto estratégico para a sociedade, bem como definir as linhas orientadoras às quais o mesmo projeto se subordina.

Para o cumprimento das obrigações que lhe estão cometidas, o Estado garante o financiamento do serviço público de rádio e televisão. Com as mais recentes alterações à Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto (entretanto revista pelos Decretos-leis n.ºs 169-A/2005, 230/2007 e 107/2010 e pelo art.º 174.º da Lei n.º 66-B/2012), produzidas pelo art.º 167.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, ficou estabelecido o atual modelo de financiamento baseado unicamente na contribuição para o audiovisual (CAV) e em receitas comerciais próprias (as indemnizações compensatórias foram abolidas a partir de 2013).

No âmbito da legislação referida, e tendo em vista aferir o cumprimento dos objetivos e obrigações do serviço público, a atividade da concessionária está sujeita ao acompanhamento, controle e/ou fiscalização de diversas entidades, tais como a Assembleia da República, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o Conselho Geral Independente e o Conselho de Opinião (os dois últimos são órgãos estatutários da empresa).

Nos termos do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão, o Estado mantém, através dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela setorial, o poder de fiscalização externa do cumprimento do respetivo contrato. Para o efeito, a RTP apresenta anualmente à dupla tutela um Relatório onde se pormenoriza informação sobre o cumprimento do orçamento e das obrigações do serviço público. Os Planos de Atividades e de Investimentos e o Orçamento estão sujeitos à aprovação do Ministro das Finanças e do membro do Governo responsável pela área da Comunicação Social, após pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho de Opinião. A Inspeção-Geral de Finanças fiscaliza, no plano financeiro, o cumprimento dos Contratos de Concessão.

A cadeia de responsabilidade pelo cumprimento do serviço público inicia-se nos diretores de programas e de informação dos diversos serviços de programas da RTP e da RDP, que detêm, dentro das condições financeiras definidas, a exclusiva competência de selecionar e escolher os respetivos conteúdos, ou seja, o poder editorial. Eles respondem perante a entidade que os designa (após parecer positivo da ERC), o Conselho de Administração da RTP, que por sua vez, presta contas ao Conselho Geral Independente. Este órgão interno tem também o poder de propor ao Estado a destituição dos membros do Conselho de Administração da RTP, entre outras situações gravosas,

em caso de incumprimento do contrato de concessão ou verificado o incumprimento do projeto estratégico para a sociedade que assumiram perante si aquando da sua indigitação.

Em matéria de gestão de recursos humanos e às relações entre a empresa e os seus trabalhadores é aplicável o Acordo de Empresa recentemente celebrado entre a empresa e os sindicatos representativos do pessoal ao seu serviço, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 36, de 29 de Setembro de 2015. Em matéria laboral são ainda aplicáveis as regras relativas ao funcionamento interno publicadas através de ordem de serviço.

Os trabalhadores da RTP, e os seus órgãos estatutários estão abrangidos pela Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias. A mesma lei prevê a reversão da redução remuneratória em 20% a partir de janeiro de 2015.

Em 2015 foram revertidos 20% dos cortes salariais, ficando os restantes 80% para reposição em 2016, com reversões trimestrais. Só em outubro é que foi eliminada completamente a redução remuneratória, passando o vencimento a ser pago de forma integral a partir de 1 de outubro de 2016.

A remuneração ilíquida dos gestores públicos está ainda sujeita à redução de 5% nos termos do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Para além deste quadro legal específico, à RTP, enquanto empresa pública, aplica-se o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei 75-A/2014, de 30 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial. Nos termos conjugado do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, alterada pelo DL n.º 157/2014, de 24 de outubro, e do previsto na Lei n.º 148/2015, de 09 de setembro, a RTP é considerada uma entidade de interesse público e nessa medida está sujeita aos modelos de administração e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais em que o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas a quem compete emitir a certificação legal de contas, não integra o respetivo órgão de fiscalização.

A RTP está sujeita ao regime previsto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março (estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas).

A RTP é, desde 2011, uma «entidade pública reclassificada» (EPR) integrada num subsector da Administração Central (Presidência do Conselho de Ministros) (cfr. artigo 2.º, n.º 5, da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho. Assumindo a qualidade de EPR, a RTP encontra-se ao abrigo de um conjunto de regras definidas na LEO.

A RTP é considerada uma entidade adjudicante nos termos e para os efeitos do artigo 2.º, n.º 2, al. a), do Código dos Contratos Públicos, sendo que este diploma legal lhe é aplicável (i) quando o objeto dos contratos a celebrar pela RTP abranja prestações típicas de empreitadas de obras públicas, concessões de obras públicas, concessões de serviços públicos, locações ou aquisições de bens móveis e aquisições de serviços; e (ii) desde que o contrato a celebrar não esteja inserido no conjunto de contratos excluídos do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos (nos termos dos artigos 4.º e 5.º, ambos do Código dos Contratos Públicos);

Relevante, também, para a sua atividade, no que se refere a publicidade, e para além do cumprimento das regras constantes do Código da Publicidade, a empresa está inserida num sistema de autodisciplina, cujos princípios orientadores constam de um Código de Conduta (Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade), estando, ainda, vinculada a Acordos de Autorregulação (Menções de Patrocínio e Colocação de Produto/Ajudas à Produção, Concursos com Participação Telefónica).

Toda a documentação referida está disponível no sítio da internet da RTP:

<http://media.rtp.pt/empresa/informacao/enquadramento-juridico/>

Outras hiperligações relevantes do sítio da internet da RTP são as seguintes:

<http://media.rtp.pt/empresa/>

<http://media.rtp.pt/empresa/informacao/governosocietario/>

http://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/Codigo-Etica-Conduta-da-RTP_1-Fev-2017-1.pdf

<http://media.rtp.pt/empresa/rtp/missao/>

Transações com partes relacionadas e outras

A RTP tem participações noutras empresas num total de 248.011,80 euros, sendo as empresas as seguintes:

- Multidifusão – Meios e Tecnologias de Comunicação, Lda; (em liquidação)
- Cooperativa Sinfonia; (em liquidação)
- Cooperativa do pessoal da TAP; (em liquidação)
- NP – Noticias de Portugal Coop. Inform.; (participação de 8%)
- Euronews Editorial; (participação de 0,62%)
- Europe News Operations; (uma ação detida)
- Lusa – Agência de Noticias de Portugal, SA. (participação de 0,03%)

No período em análise não existiram quaisquer transações envolvendo os gestores e pessoas ou entidades relacionadas.

Na eventualidade dessas transações se verificarem as mesmas teriam obrigatoriamente de ser comunicadas ao Revisor Oficial de Contas e ao Conselho Fiscal, o controlo e auditoria também nesta matéria, estão cometidos a essas entidades que emitiram parecer positivo sobre o presente relatório.

Outras transações

Identificação dos procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

No que respeita às aquisições de bens e serviços, “regidas pelas normas da contratação pública” foi cumprido o enquadramento legal em vigor – Código dos Contratos Públicos e das normas internas vigentes. Ao nível dos sistemas de informação foi mantido o pleno acesso à plataforma eletrónica de negociação adotada, com o lançamento sistemático através da referida plataforma, de todas as aquisições de valor superior a 5.000€, desde que dirigidas a mais que um fornecedor.

Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

No período em análise não existiram quaisquer transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros):

Fornecedor	Valor em euros
MEO	9.962.735,93
GALP POWER	2.359.193,06
Total	12.321.928,99

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

Os Relatórios de Sustentabilidade da empresa encontram-se disponíveis em:

<http://media.rtp.pt/empresa/informacao/relatorio-de-sustentabilidade-2/>

Estratégias adotadas e grau de cumprimentos das metas fixadas

Conforme descrito nos diversos capítulos do Relatório & Contas 2016, disponível no sítio da internet da RTP

<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/informacao-anual/>

“Este ano cumprimos os principais compromissos e linhas de atuação evidenciados no Plano de Atividades de 2016: conteúdos de produção nacional e independente, internalização da produção, divulgação e imagem, internacionalização, digital, tecnologia, pessoas e modelo financeiro.

Na área de conteúdos de televisão continuámos a apostar numa política de produção e emissão de séries de ficção nacional de qualidade em horário nobre e nos serviços de programas de rádio mantivemos o posicionamento editorial definido em 2015, reforçando as suas identidades. Já a área de informação de televisão sofreu uma alteração substancial ao nível da sua organização diária, concentrando os meios técnicos e humanos na RTP3, agora o "coração" da máquina informativa de toda a empresa.

Em 2016 concretizámos também o nosso objetivo de contribuir ativamente para a oferta da Televisão Digital Terrestre e, assim, no dia 1 de dezembro de 2016 dois serviços de programas da RTP, a RTP Memória e a RTP3 passaram a ter distribuição universal através da TDT. Com este novo passo beneficiamos uma larga camada da população e damos novo impulso à indústria dos conteúdos em língua portuguesa.

A aposta no digital, um dos pontos-chave do Projeto Estratégico, foi colocada no centro da nossa atuação, numa lógica multiplataforma, lançando uma série de iniciativas com destaque para a RTP Arena, a nova plataforma digital dedicada ao eSports e a Rádio Zig Zag, destinada a crianças dos 5 aos 9 anos.

Ao longo de 2016 foram ainda adotadas na RTP iniciativas de eficiência organizacional que permitiram conseguir otimizações ao nível da gestão de recursos humanos, na melhoria de processos de trabalho, tendo como base boas práticas de gestão, que têm assegurado o controlo de custos verificado na empresa. Neste âmbito destaque para a implementação de uma plataforma informática - “Gestão de Talento” - vocacionada para uma gestão do cadastro dos trabalhadores, formação online e gestão da função e a implementação de um sistema de apoio à gestão da RTP, com informação financeira, de conteúdos e de indicadores de gestão, que inicia a RTP na sua transformação digital, no que se refere à análise dos dados existentes nos diversos sistemas informáticos, tendo como objetivo a melhoria do desempenho, obtenção de informação rápida e fiável a indicadores-chaves quando necessário e a implementação de um novo fluxo no processo de Orçamentação de Grelha, melhorando a sua rapidez e eficácia.

Depois da reestruturação levada a cabo em 2015 e da assinatura do novo Acordo de Empresa, em 2016 o eixo orientador focou-se na formação dos trabalhadores pelo que o Centro de Formação foi alvo de um projeto de profunda análise e de reformulação.”

Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

Conforme descrito no Relatório & Contas 2016, disponível no sítio da internet da RTP:

<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/informacao-anual/>

“Tendo sido assinado o Acordo de Empresa em 2015 procurámos ao longo de 2016 desenvolver um diálogo construtivo e de concertação permanente em conjunto com todas as entidades representativas dos trabalhadores tendo-se iniciado no decorrer de 2016 a reuniões bimensais com todas as Associações Sindicais para a avaliação da aplicação das normas do Acordo de Empresa, tendo sido possível esclarecer e ultrapassar questões diversas. Também em 2016 prosseguimos com reuniões de revisão do Modelo de Carreiras, tendo a Empresa apresentado em março de 2016 uma reformulação da sua proposta. Estas reuniões contaram com a presença dos responsáveis das estruturas. Uma forma de envolver todos neste processo de negociação com as estruturas sindicais.

Continuando com o nosso objetivo de valorizar os arquivos históricos a atividade desenvolvida em 2016 nos arquivos audiovisuais foi orientada para a concretização de dois objetivos centrais, por um lado, a implementação do projeto PAR - Portal Arquivo RTP cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e, por outro, garantir a atualização, preservação e acesso aos acervos de rádio e televisão.

Como referido no ponto anterior continuámos com a ambiciosa estratégia de colocar a RTP na frente do digital tendo sido lançadas a RTP Arena e a Rádio Zig Zag, mas também um novo website da RTP, a App RTP Notícias, com alertas, vídeo, áudio e conteúdos em direto, desenvolvido o Portal Ensina e também a nova imagem da RTP1, RTP2, da RTP África e da RTP Internacional e também da Antena1, Antena2, RDP África e RDP Internacional seguindo a nova filosofia gráfica dos logos dos serviços de programas de televisão.”

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

a) Política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos de serviço público prestado

(artigo 49.º do RJSPE)

A RTP, como empresa socialmente responsável, tem procurado, neste âmbito prosseguir com uma melhoria contínua com novas medidas e novas iniciativas. Dando concretização à sua política de promoção da qualidade de vida e bem-estar, a RTP desenvolveu programas de âmbito social e de promoção da saúde para todos os trabalhadores, reformados, aposentados e seus familiares.

Ainda no plano social, a RTP diversificou a oferta de cuidados de saúde com a implementação de consultas de Fisioterapia/Osteopatia nos Serviços Clínicos com o objetivo de tratar e prevenir problemas posturais bem como aconselhar e efetuar o seu acompanhamento.

O compromisso da RTP com uma opção de responsabilidade social traduziu-se também em ações concretas nos domínios da proteção na parentalidade e na conciliação do trabalho com a vida familiar.

A RTP renovou o Acordo de Compromisso com o Fórum Empresas para a Igualdade promovido pela Comissão de Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) reforçando assim o compromisso que a RTP tem vindo a desenvolver, desde 2013, na incorporação na sua estratégia de gestão, dos princípios de igualdade entre homens e mulheres.

No âmbito da solidariedade, a RTP+, voltou a ganhar presença em grandes ações de solidariedade como: “Maratona da Saúde 2016”, “Pirilampo Mágico”, “Associação Salvador”, “Ajuda de Berço” e “Natal dos Hospitais” contando com a presença da Vanessa Oliveira, enquanto embaixadora da marca.

b) Promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial,

(artigo 49.º do RJSPE)

Em termos de responsabilidade ambiental a RTP pretende ter sempre a gestão eficiente dos recursos na sua atividade e tem implementado, ao longo dos anos, uma série de boas práticas, nomeadamente dos consumos energéticos, desde a redução dos circuitos de iluminação e introdução de programação horária para redução de consumos, aos detetores de presença nalgumas áreas e substituição de iluminação nas zonas de estacionamento. Nos emissores de

rádio, renovação dos equipamentos mais antigos por modelos atuais e mais eficientes energeticamente, sistemas de redundância com menos equipamentos, e logo, com menos consumo. Ainda na mesma área, instalação de um piloto de “freecoling” na estação emissora de Montejuento. Em 2016 deu-se início à instalação do parque fotovoltaico para produção de energia em autoconsumo, capaz de produzir 395.747 kW/h anualmente. Nesta solução, a RTP, anualmente, irá consumir durante o dia 3.832.686 kW/h, dos quais irá produzir 395.747 kW/h (cerca de 10 %), sendo a recuperação de investimento feita em 10 anos.

No âmbito da gestão da frota continuaram a desenvolver-se medidas com vista ao rigoroso controlo da gestão do parque automóvel da empresa e a aplicação de medidas de racionalização de consumos de combustível, da despesa com especial enfoque nas grandes operações especiais.

No que respeita à gestão de resíduos, a RTP privilegia a reciclagem dos materiais e sua reutilização. As instalações da empresa dispõem de contentores que permitem a seleção dos resíduos, nomeadamente de papel/cartão, plástico e vidro. São ainda recolhidas pilhas, baterias e outros resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, que são encaminhados para entidades certificadas que garantem um destino adequado a estes resíduos.

Quando são substituídos computadores e outros equipamentos eletrónicos pela empresa, os equipamentos antigos, caso se encontrem em bom estado, são doados a instituições de cariz social.

c) Planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

(n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE)

O respeito pelo próximo e a igualdade de tratamento e não discriminação são valores que constam nos códigos de ética e de conduta empresarial (que será revisto e atualizado em 2017), incorporando nas suas estratégias de gestão os princípios de igualdade entre mulheres e homens, num compromisso claro com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios.

Assim, estes temas estão assegurados pela política não discriminatória das práticas de contratação e nas políticas de conciliação da vida familiar e profissional, contempladas no Acordo da Empresa com diversas medidas de apoio que extravasam o regulamentado legalmente, como, por exemplo, dispensas de 2 horas no dia de aniversário dos filhos.

A Empresa intervém na integração das pessoas com deficiência e no âmbito da responsabilidade social, quer promovendo estágios e colaborações diversas, quer promovendo formas de adaptação ao meio laboral com aumento das capacidades de autonomia. A título de exemplo, está em processo de desenvolvimento uma versão em braile do Código de Ética e Conduta a publicar em 2017.

Mais informação sobre esta matéria encontra-se no Relatório & Contas 2016, disponível em:

<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/informacao-anual/>

d) Medidas concretas no que respeita ao princípio da igualdade do género

(n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro)

Dando concretização à sua política de promoção da qualidade de vida e bem-estar, a RTP desenvolveu programas de âmbito social e de promoção da saúde para todos os trabalhadores, reformados, aposentados e seus familiares.

Ainda no plano social, a RTP diversificou a oferta de cuidados de saúde com a implementação de consultas de Fisioterapia/Osteopatia nos Serviços Clínicos com o objetivo de tratar e prevenir problemas posturais bem como aconselhar e efetuar o seu acompanhamento.

O compromisso da RTP com uma opção de responsabilidade social traduziu-se também em ações concretas nos domínios da proteção na parentalidade e na conciliação do trabalho com a vida familiar.

A RTP renovou o Acordo de Compromisso com o Fórum Empresas para a Igualdade promovido pela Comissão de Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) reforçando assim o compromisso que a RTP tem vindo a desenvolver, desde 2013, na incorporação na sua estratégia de gestão, dos princípios de igualdade entre homens e mulheres.

A RTP encontra-se também representada no Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) e colabora no desenvolvimento de ações deste grupo, participando nas atividades agendadas no âmbito dos compromissos assumidos e na implementação das ações propostas.

e) Política de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade
(n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE)

A RTP tem apostado de forma continuada em políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, nomeadamente através do Centro de Formação, cujo trabalho desenvolvido é anualmente descrito no Relatório e Contas disponível no sítio da RTP, <http://media.rtp.pt/empresa/>

f) Responsabilidade Económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, pela via da investigação, inovação, desenvolvimento e integração de novas tecnologias no processo produtivo
(n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE)

Plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista

Tal como em 2015, a gestão da RTP em 2016, assentou no Projeto Estratégico para a Rádio e Televisão de Portugal que o Conselho de Administração submeteu ao Conselho Geral Independente.

O projeto estratégico trianual, vertido anualmente nos planos de atividades, reflete os planos de ação que visam a criação de valor no cumprimento do serviço público. Este relatório está disponível em:

http://media.rtp.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/projetoEstrategicoRTP_28Jan2015.pdf

Controlo interno e gestão de riscos

Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade

O sistema de controlo interno existente tem permitido manter protegidos os investimentos e os ativos da empresa, o que evidencia a sua robustez e compatibilidade com a dimensão e complexidade da empresa. Como mais relevantes, destacamos as políticas e procedimentos relacionados com revisões de desempenho, o processamento da informação, os controlos físicos e a segregação de funções.

Numa perspetiva de evolução contínua, considerando a multiplicação, complexidade e sofisticação dos processos integrantes dos sistemas de informação e operação da empresa, também os modelos e instrumentos que suportam o sistema de controlo interno e de gestão de riscos, são preocupação permanente dos vários níveis de responsabilidade pela gestão da empresa.

Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco

O Gabinete de Auditoria Interna da RTP está na dependência hierárquica direta do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é promovida pelo Conselho de Administração em articulação com as equipas de gestão das várias estruturas da empresa. Tem como objeto a identificação, avaliação e gestão das incertezas e ameaças que possam afetar a prossecução do plano e cumprimento dos objetivos estratégicos, operacionais e financeiros da sociedade.

Plano Estratégico e política de risco da entidade, definição de níveis de risco e medidas adotadas

De acordo com o novo modelo de governo, o projeto estratégico da empresa apresentado pelo Conselho de Administração ao Conselho Geral Independente, está disponível no sítio da internet da RTP:

http://media.rtp.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/projetoEstrategicoRTP_28Jan2015.pdf

No projeto estratégico identificam-se os seguintes riscos, relacionados com alterações externas capazes de gerar:

- Alterações das obrigações de serviço público cometidas ao operador;
- Mudanças significativas no modelo de financiamento e meios disponibilizados à RTP;

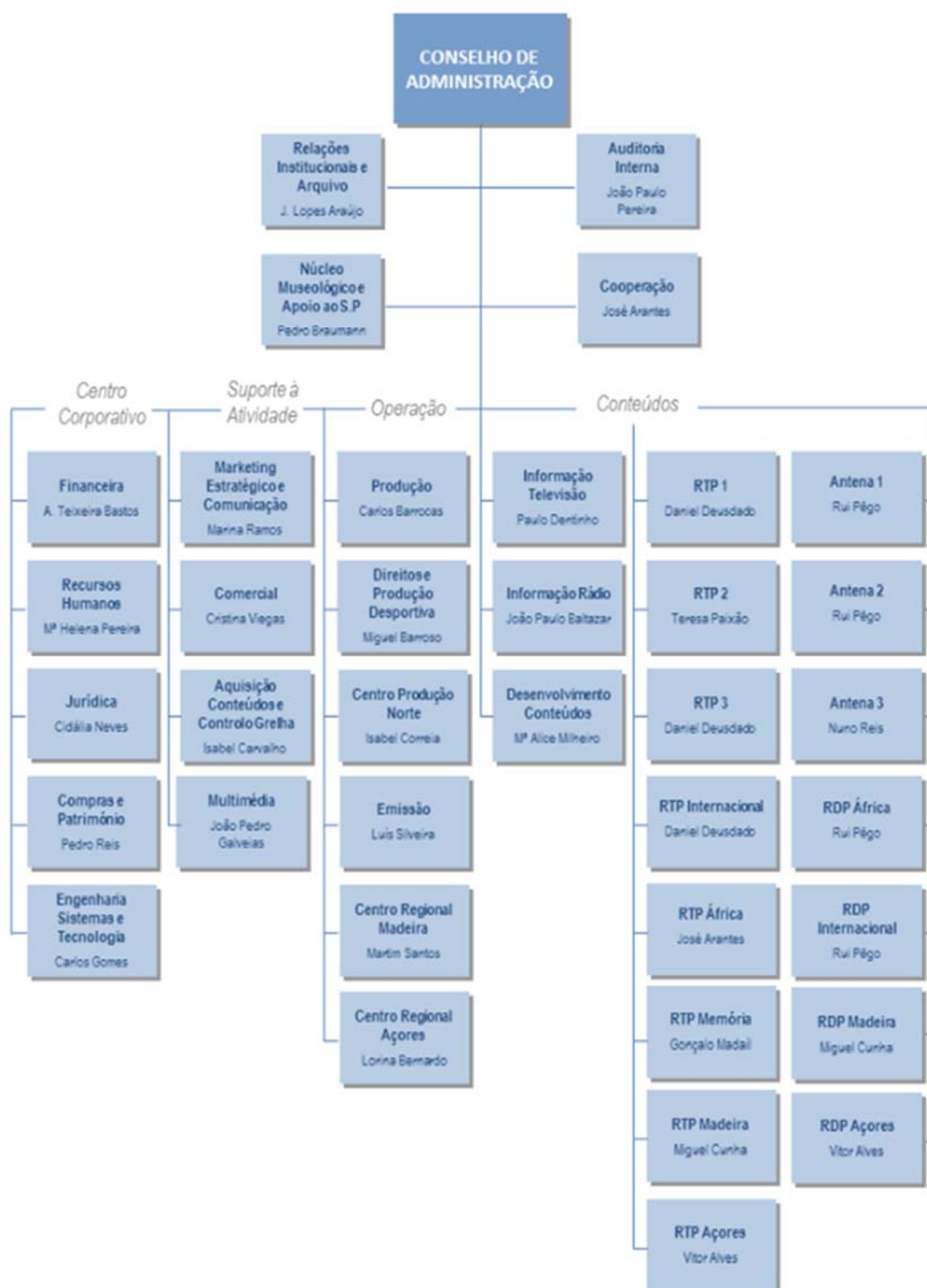
Como principais medidas a adotar constam no projeto estratégico, para cada eixo da mudança, as seguintes:

- Operador de serviço público diferenciador
 - Política de conteúdos diferenciada dos operadores privados;
 - Modelo de serviço público, oferta de qualidade e promoção da criatividade nacional;
 - Inovação e aposta nos novos média e novas plataformas;
 - Papel mobilizador e compromissos ativos no sector audiovisual.
- Eficiência empresarial
 - Equilíbrio económico, com custos operacionais ajustados às receitas;
 - Iniciativas permanentes de ganhos de eficiência e aumento de produtividade;
 - Cultura de desempenho, atração/desenvolvimento de competências e processos adequados;
 - Estabilização e credibilização do modelo financeiro;
 - Consolidação do novo modelo de governo.

Relações de dependência hierárquica e/ou funcional

As relações de dependência hierárquicas e/ou funcionais da estrutura orgânica da empresa, estão expressas no seu modelo de governo e organograma, ambos publicados no sítio da internet da RTP:

<http://media.rtp.pt/institucional/rtp/organograma-2/>



Para com os restantes órgãos sociais, Conselho de Opinião, Conselho Fiscal e Conselho Geral Independente, não existe qualquer subordinação hierárquica, unicamente poderes que estão consignados nos estatutos.

Artigo 32.º Competências do Conselho de Opinião

1 - Compete ao Conselho de Opinião:

- a) Indigitar para o Conselho Geral Independente duas personalidades que, não sendo membros do Conselho de Opinião, nem o tendo sido no mandato anterior, tenham reconhecido mérito e qualificações para o exercício das funções próprias daquele conselho geral nos termos do n.º 1 do artigo 14.º;
- b) Apreciar os planos de atividade e orçamento relativos ao ano seguinte, bem como os planos plurianuais da sociedade;
- c) Apreciar o relatório e contas da sociedade;
- d) Pronunciar-se, para efeitos da avaliação prevista na alínea g) do artigo 11.º, sobre o cumprimento do serviço público de rádio e de televisão, tendo em conta as respetivas bases gerais da programação e planos de investimento, e ouvidos os responsáveis pelos conteúdos da programação e informação da sociedade e os diretores dos centros regionais da sociedade;
- e) Apreciar a atividade da sociedade no âmbito da cooperação com os países de expressão portuguesa e do apoio às comunidades portuguesas no estrangeiro;
- f) Emitir parecer sobre as iniciativas legislativas com incidência no serviço público de rádio e de televisão;
- g) Emitir parecer sobre o contrato de concessão a celebrar com o Estado, designadamente quanto à qualificação das missões de serviço público;
- h) Emitir, após audição pelo Conselho de Administração, parecer sobre a criação de quaisquer entidades que tenham como objetivo o acompanhamento da atividade do serviço público de rádio ou de televisão;
- i) Eleger, de entre os seus membros, o presidente;
- j) Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que os órgãos sociais entendam submeter-lhe a parecer;
- k) Emitir parecer vinculativo sobre as personalidades indigitadas para os cargos de provedores do telespectador e do ouvinte.

2 - Os órgãos sociais da sociedade, assim como os responsáveis pelas áreas da programação e da informação, devem colaborar com o Conselho de Opinião na prossecução das suas competências.

Artigo 29.º Competências do Conselho Fiscal

Para além das competências estabelecidas na lei, cabe, em especial, ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar, sempre que o julgue conveniente, e, pelo menos, uma vez por mês, as contas da sociedade;
- b) Emitir parecer sobre o plano de atividades e orçamento e relatório de gestão e contas;
- c) Pedir a convocação extraordinária da assembleia geral sempre que o entenda necessário;
- d) Solicitar ao Conselho de Administração a apreciação de qualquer assunto que entenda dever ser ponderado no âmbito das suas competências;
- e) Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Artigo 11.º Competências do Conselho Geral Independente

1 - Compete ao Conselho Geral Independente:

- a) Eleger, de entre os seus membros, o presidente;
- b) Escolher os membros do Conselho de Administração, de acordo com um projeto estratégico para a sociedade proposto por estes, estando a designação do membro responsável pela área financeira sujeita a parecer prévio e vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças;
- c) Definir e divulgar publicamente as linhas orientadoras para a sociedade às quais se subordina o processo de escolha do Conselho de Administração e do respetivo projeto estratégico para a sociedade;
- d) Indigitar os membros do Conselho de Administração, nos termos previstos nos presentes estatutos;
- e) Propor a destituição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 23.º;
- f) Supervisionar e fiscalizar a ação do Conselho de Administração no exercício das suas funções, no âmbito do cumprimento do projeto estratégico para a sociedade assumido perante si;
- g) Proceder anualmente à avaliação do cumprimento do projeto estratégico para a sociedade e à sua conformidade com o contrato de concessão, ouvido o Conselho de Opinião, e atendendo à auditoria anual promovida pelo conselho regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, devendo esta avaliação ser obrigatoriamente objeto de ampla divulgação pública;

h) Proceder à avaliação intercalar do cumprimento do projeto estratégico para a sociedade através de relatórios semestrais, devendo estes relatórios ser obrigatoriamente objeto de ampla divulgação pública;

i) Emitir parecer sobre a criação de novos serviços de programas da sociedade ou alterações significativas aos serviços de programas já existentes;

j) Emitir parecer sobre a estratégia da sociedade no que diz respeito às suas obrigações legais de investimento em produção audiovisual e cinematográfica independente, o qual deve ser obrigatoriamente objeto de ampla divulgação pública;

k) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas por lei, pelo contrato de concessão ou pela assembleia geral.

2 - O Conselho Geral Independente não tem poderes de gestão sobre as atividades da sociedade.

Existência de outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos.

Para além dos responsáveis de cada direção (gestores dos processos) a avaliação da gestão do risco é também exercida pelo órgão de auditoria interna e periodicamente, por auditorias externas, quer por empresas de especialidade.

Principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos)

A RTP tem identificados e sistematizados no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas publicado no sítio da internet da RTP:

<http://media.rtp.pt/institucional/informacao/plano-de-prevencao-de-riscos-de-corrupcao/>, os principais riscos com aquela natureza, bem como as medidas implementadas e/ou em curso de implementação tendentes à sua eliminação, transferência ou mitigação.

A RTP em 2016 concluiu a elaboração do manual de controlo interno, que será publicado em 2017. Este manual, tem como objetivo identificar os processos e procedimentos para os quais podem advir riscos financeiros ou patrimoniais, definindo as medidas de mitigação ou eliminação e a respetiva cadeia de responsabilidade, bem como a periodicidade de controlo ou auditoria para cada um desses riscos.

Processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos

No que respeita aos riscos integrantes do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas da RTP, a metodologia seguida foi a seguinte, em síntese:

- Levantamento das áreas da empresa que, pelas funções que lhe estão cometidas e pela natureza dos processos que gerem, estão mais expostas a estes riscos;
- Identificação e caracterização, dos potenciais riscos, em Matriz de Risco, por unidade orgânica integrante do Plano;
- Classificação dos potenciais riscos segundo uma escala em que é considerado elevado, moderado ou fraco, de acordo com uma ponderação feita entre da probabilidade de ocorrência (alta, média ou baixa) e o impacto previsível (alto, médio e baixo);
- Identificação e notação das medidas de prevenção a adotar, respetivo cronograma e responsáveis pela implementação.

Como instrumento de gestão dinâmico que o Plano é, ficou estabelecido que:

- Os responsáveis das estruturas devem controlar o Plano e propor ao Conselho de Administração atualização, sempre que sejam detetados riscos que importa prevenir;
- O Gabinete de Auditoria Interna deve analisar a execução do Plano e elaborar o respetivo relato;
- O Conselho de Administração acompanha o controlo periódico do cumprimento das regras estabelecidas pelo Plano e avalia, a cada momento, a exequibilidade do mesmo.

A RTP mantém-se empenhada em alargar o âmbito do seu Plano de gestão de riscos. Consideramos determinante a implementação de mecanismos de avaliação e gestão geral de riscos (incluindo os de corrupção) assentes em modelo de gestão de riscos integrado e transversal à organização que, de modo estruturado e sistematizado, integre o processo de planeamento estratégico e gestão operacional da empresa e reforce o compromisso dos colaboradores na adoção da gestão de risco como parte integrante das suas funções, designadamente na identificação, reporte e implementação de medidas e na adoção de comportamentos de mitigação dos riscos.

Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeiras.

A empresa é sujeita anualmente a auditorias financeiras realizadas pela IGF e por auditor independente nomeado pela ERC, para lá da auditoria externa corrente que também avalia o sistema de controlo interno. No exercício de 2016, não foram evidenciados quaisquer aspetos ou sugestões de melhoria de controlo interno por parte daquelas equipas de auditoria. Os relatórios de auditoria da IGF e da ERC são divulgados publicamente nos respetivos sítios da internet.

Os sítios da ERC e IGF disponibilizam a função pesquisar, no entanto para facilidade de acesso as respetivas hiperligações são:

<http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/auditorias-ao-servico-publico-de-radio-e-televisao>.

<http://www.igf.gov.pt/publicacoes12/sinteses-de-resultados.aspx>

Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público

(n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE)

Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto - Contribuição para o Audiovisual (financiamento do serviço público de rádio e televisão), alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 169-A/2005, de 3 de Outubro, 230/2007, de 14 de Junho, e 107/2010, de 13 de Outubro, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março:

- O financiamento dos serviços públicos de radiodifusão e de televisão é assegurado por meio de cobrança da contribuição para o audiovisual e pelas receitas comerciais dos respetivos serviços,
- As receitas de publicidade do operador que explore a concessão de serviço público de radiodifusão e de televisão devem ficar preferencialmente afetas ao serviço da dívida e, posteriormente, a novos investimentos ou a constituição de reservas
- Todas as atividades comerciais do operador que explore a concessão de serviço público de radiodifusão e de televisão têm de ser exercidas nas condições do mercado, devendo, designadamente, qualquer exploração comercial de programas ou venda de espaços publicitários pelo operador ser efetuada a preços de mercado

A Lei 30/2003 de financiamento do serviço público e as suas alterações estão disponíveis em:

<http://www.erc.pt/pt/servico-publico>

Contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável

(n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE)

Elementos a constar:

- Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis;
- Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento;
- Critérios de avaliação e revisão contratuais;
- Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes;

- Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;
- Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes

Os deveres de informação estão explicitados no Contrato de Concessão do serviço Público de Rádio e Televisão disponível em:

http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/contrato_concessao_pdf.php

Ao abrigo do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão (CCSP), cláusula 29ª, a RTP elabora anualmente um relatório onde divulga informação sobre:

- O cumprimento do orçamento e das obrigações de serviço público impostas pela lei e pelo CCSP;
- O cumprimento do projeto estratégico aprovado pelo Conselho Geral Independente;
- Indicadores e critérios que permitem aferir os princípios de rigor, proporcionalidade e transparência;
- Observância dos objetivos e das obrigações de serviço público.

Este relatório, para além de referir as ações desenvolvidas na Rádio e Televisão durante o ano, apresenta uma série de indicadores que refletem o desempenho da RTP como concessionária do serviço público, nomeadamente e como exemplos:

- Televisão e Rádio: N.º médio de programas e horas exibidos e respetiva comparação com o exigido no CCSP;
- Receitas de publicidade;
- Audiência anual dos canais RTP;
- Análise de resultados por obrigação de serviço público – ótica financeira;
- Financiamento público-transparência e proporcionalidade.

O Relatório de Cumprimento das Obrigações de Serviço Público, disponível no sítio da Internet da RTP:

<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/relatorio-de-servico-publico-relatorio-e-contas/>

Conforme previsto no CCSP, em junho de 2015 foi assinado entre a RTP e a IGF um protocolo cujo objeto é identificar as obrigações de informação da RTP, bem como os respetivos procedimentos de elaboração e recolha, que permitam à IGF o exercício eficaz do controlo financeiro que lhe está cometido pela cláusula 32ª, n.º 1, do Contrato de Serviço Público de Rádio e Televisão (CCSP), em vigor, assinado em 6 de março de 2015. Os objetivos do protocolo são:

- Definição da estrutura do Relatório;
- Definição dos critérios de imputação, seus objetivos e princípios;
- Identificação de todas as fontes de informação utilizadas.

Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo Informação

A informação abaixo descrita encontra-se disponível no sítio da internet do SEE:

<http://www.dgtf.pt/Sector-Empresarial-do-Estado-SEE/Informacao-sobre-as-Empresas?designacao=rtp>

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	10.07.2014	
Caracterização da empresa	S	29.03.2016	
Função de tutela e acionista	S	12.01.2016	
Modelo Governo / Membros Órgãos Sociais:			
Identificação dos órgãos sociais	S	23.06.2016	
Estatuto remuneratório fixado	S	23.06.2016	
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	S	23.06.2016	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	23.06.2016	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	23.06.2016	
Esforço Financeiro Público	S	25.02.2016	
Ficha síntese	S	10.02.2016	
Informação financeira histórica e atual	S	05.01.2016	
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	05.02.2016	
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	05.02.2016	
Outras transações	S	05.02.2016	
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	05.02.2016	
Económico	S	05.02.2016	
Social	S	05.02.2016	
Ambiental	S	05.02.2016	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	05.02.2016	
Código de Ética	S	05.02.2016	

Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais

Cumprimento das orientações legais - 2016	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivo de gestão 1 ^(a)	N.A.		
Metas a atingir constantes no PAO 2016	N	76% EBITA 58% Resultado Líquido	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 1.
Princípios financeiros de referência	N.A.		
Investimento	N	97% Investimento	
Gastos com pessoal	N	101% Gastos com pessoal	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	120% do saldo do Orçamento do OE	
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento: 2016: 2,35 %	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 2.
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Variação absoluta 2016/2015: +15,2 milhões € equivale a 16% Divida Bancária Líquida 3%	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 3.
Evolução do PMP a fornecedores	S	Variação absoluta 2016/2015: -16 dias(-24%)	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total de "Arrears" em 31 dezembro 2016: 0€	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação 1	S	Cumprimento às obrigações de reporte constante dos artigos 28º e 29º do Decreto-Lei n.º 133/2013	
Recomendação 2	S	Suprir lacunas apresentadas no relatório de análise da UTAM n.º 63/2016	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 5.
Recomendação 3	S	Prosseguir a redução do prazo médio de pagamentos	
Recomendação 4	S	Dar pleno cumprimento às orientações emitidas para elaboração do R&C 2016	
Recomendação 5	S	Ser apresentado o relatório sobre as remunerações pagas aos trabalhadores mulheres e homens	
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não foram atribuídos prémios de gestão.	
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	Total da redução remuneratória = 39,8 mil €	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	Total da redução remuneratória = 7,6 mil €	
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	Redução remuneratória de 4% face a 2014 e de 36% face a 2012	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 6.
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	Os gastos com pessoal reduzem 0,4M€ - 0% face a 2015, se corrigidas as reposições, a redução é de 2%.	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do art.º 18º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março	S	A RTP em 2016 cumpriu com as obrigações legais relacionados com as remunerações dos trabalhadores.	
Artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	Não existem cartões de crédito para uso pessoal.	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existem despesas de representação de carácter pessoal	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 7.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	N	Incluem gastos de roaming ocorridos em deslocações em serviço	
Valor máximo de combustível e portagens a todo mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição da realização de despesas não documentadas e confidenciais	S	Não existem despesas não documentadas.	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas as mulheres e homens	S	http://media.rtp.pt/institucional/vp-content/uploads/sites/31/2017/04/RELATORIO-IGUALDADE-GENERO.pdf	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 9.
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	http://media.rtp.pt/institucional/informacao/plano-de-prevencao-de-riscos-de-corrupcao/	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 10.
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	Foi aplicado o DL n.º 18/2008, de janeiro	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 11.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	Não existem participadas	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	Não existiram contratos submetidos a visto prévio do TC.	
Auditorias do Tribunal de Contas^(b)			
Recomendação 1	N.A.	Não existem medidas a adotar por não terem ocorrido auditorias conduzidas pela TC	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 16.
Parque Automóvel			
N.º de viaturas	S	Variação absoluta 2016/2015: + 6 viaturas	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 13.
Gastos com viaturas	S	Variação absoluta 2016/2015: - 86 mil €	
Gastos operacionais das Empresas Públicas	S	Quadro PCR: Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 14.	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 14.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N.A.	A RTP encontra-se excecionada do "Cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria", Despacho n.º 381/16SE ATF	Capítulo: Cumprimento obrigações legais. Ponto 15.
Disponibilidades e aplicações centralizadas na Banco Comercial	S	O saldo a 31 dez 2015 era de 13,2 milhões €	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado	N.A.	Não houve juros auferidos	

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao setor de atividade e/ou SEE

Sítio de Internet

Indicação dos endereços utilizados na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa (artigo 53.º do RJSPE):

- a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC
<http://media.rtp.pt/institucional/contactos/gerais/>
- b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões
<http://media.rtp.pt/institucional/informacao/estatutos/>
- c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios
 - Órgãos Sociais
Conselho Geral Independente
<http://media.rtp.pt/empresa/orgaos-sociais/conselho-geral-independente/>
<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/informacao-anual/>
 - Conselho de Administração
<http://media.rtp.pt/empresa/orgaos-sociais/conselho-de-administracao/>
<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/informacao-anual/>
 - Conselho Fiscal
<http://media.rtp.pt/empresa/orgaos-sociais/conselho-fiscal/>
<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/informacao-anual/>
 - Outros Órgãos
Conselho de Opinião
<http://media.rtp.pt/empresa/orgaos-sociais/conselho-de-opiniao/>
 - Provedores
<http://media.rtp.pt/empresa/provedores/>
- d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais
<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/informacao-anual/>
- e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais de prestação de serviço público
<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/relatorio-de-servico-publico-relatorio-e-contas/>
- f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios
<http://media.rtp.pt/empresa/inf-financeira/informacao-anual/>

A informação acima mencionada, também se encontra disponível no sítio do SEE:

<http://www.dgtf.pt/Sector-Empresarial-do-Estado-SEE/Informacao-sobre-as-Empresas?designacao=rtp>

Código de Ética

Os valores da RTP estão claramente definidos no Código de Ética e Conduta, página 8, disponível em:

http://media.rtp.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/Codigo-Etica-Conduta-da-RTP_1-Fev-2017-1.pdf e são os seguintes:

- Confiança
- Independência, isenção e rigor
- Universalidade
- Qualidade
- Indivisibilidade da programação
- Pluralismo e liberdade de expressão
- Diversidade
- Coesão social
- Inovação
- Justiça
- Privacidade
- Responsabilidade social

O presente Código de Ética e Conduta, a par de guias editoriais definidos pela RTP, é um documento de referência fundamental, devendo ser observado no desempenho das atividades dos administradores, responsáveis hierárquicos e de todos os trabalhadores e colaboradores externos da empresa, quer em Portugal quer no estrangeiro, sem prejuízo do cumprimento das leis e regulamentos em vigor e de outras normas aplicáveis em virtude das funções concretamente exercidas.